

SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Belo Horizonte, 23 de abril de 2021.

Aos Srs. Deputados André Figueiredo (PDT-CE), Leo de Brito (PT-AC), Reginaldo Lopes (PT-MG) e Bira do Pindaré (PSB-MA)¹.

Vimos, por meio deste documento, solicitar a realização de uma Audiência Pública para discussão do tema: **Defesa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**.

JUSTIFICATIVA

A 'Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica' vivencia uma série de medidas em formatos de leis, portarias e medidas provisórias que ameaça seriamente as inúmeras conquistas institucionais para a sociedade, nas áreas da pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas pelos servidores, no âmbito dessa Rede.

Inicialmente, citamos a Portaria MEC Nº 983, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC Nº 554, de 2013, para a qual os Senhores entraram com Projetos de Decreto Legislativo, visando sustar seus efeitos. Os nefastos efeitos dessa legislação para o desenvolvimento qualitativo e de excelência do ensino, pesquisa e extensão dos docentes da Rede Federal, ficam explícitos através das contradições, dos equívocos e do desrespeito às legislações que regulamentam o Plano de Carreira dos(as) servidores(as) do Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, especificamente, no que diz respeito à regulamentação e atuação dos(as) docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Frente a esse instrumento normativo, vieram a público tanto pedidos, já citados, de sustação do instrumento legal, quanto a manifestação de outras entidades, como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), sindicatos e demais autoridades institucionais. Decerto, tais documentos e manifestações importantíssimas ressaltam a ausência de diálogo na construção Portaria Nº 983/2020, a inviabilização do funcionamento dessas instituições, a desconsideração qualitativa e de excelência realizada pelos docentes EBBT e a defesa dos direitos e garantias conferidas a esses servidores pela Constituição Federal. Além disso, vale ressaltar que essa Portaria contraria a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no que tange às suas características, finalidades e objetivos.

No entanto, esse instrumento normativo é apenas mais um dos inúmeros ataques que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vivencia. Antes dessa portaria, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão já havia sido fortemente prejudicado pela publicação da Portaria MEC Nº 17, de 11 de maio de 2016, que estabeleceu as diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito dessa Rede.

¹Essa solicitação foi enviada também pela Regional Leste do ANDES a Pedro Amaral, assessor da liderança da bancada do PSOL, na Câmara Federal.

Outro ataque recente e preocupante foi efetivado através da Resolução CNE/CP N° 1, publicada no dia 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, fruto de eventos desencadeados desde 2016 e que culminaram na Reforma do Ensino Médio (Lei N° 13.415/2017) e na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que trazem em seu bojo inúmeros retrocessos, perda de direitos, com consequente aumento da desigualdade e da exclusão social.

Não bastasse tudo isso, vemos agora, projetos de lei de cunho neoliberal, para instituição da Educação Escolar como serviço essencial, como forma de forçar o retorno às aulas, antes da vacinação de toda(o)s a(o)s brasileira(o)s e sem as condições sanitárias mínimas que garantam a saúde e a proteção de milhares de pessoas que são a cada dia colocadas em estado de mais vulnerabilidade e desamparo. O retorno às aulas presenciais, mesmo que com número menor de estudantes na escola, implica aumento indevido de circulação de pessoas, em um momento de descontrole da pandemia, colocando em risco não apenas as vidas da(o)s trabalhadora(e)s em educação, mas das famílias que compõem as comunidades escolares e de outras parcelas da população, também em circulação, por serem obrigadas ao trabalho presencial.

Colocar em evidência os ataques sofridos pela Educação Pública e, particularmente, a Educação desenvolvida em toda a Rede Federal de Ensino, composta por mais de 650 campi concebidos como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), somados com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Colégio Pedro II e as Escolas Técnicas e de Aplicação vinculadas às Universidades Federais significa ao mesmo tempo chamar atenção do Congresso Nacional brasileiro para a campanha de destruição de instituições criadas com o forte propósito de formar seres humanos em condições autônomas para o enfrentamento das dificuldades da vida cotidiana. Nesse sentido, a formação oferecida por essa Rede não contempla apenas o desenvolvimento científico e tecnológico, mas vai muito além dele, pois entendemos que cada ser humano é único e múltiplo ao mesmo tempo. Daí a necessidade de desenvolvermos uma educação que conta com a variabilidade, adaptabilidade e multiplicidade da própria vida, o que exige uma formação que o capacite e dê condições a cada educando de escolher seu próprio presente e futuro.

Defender a Educação Profissional e Tecnológica construída no seio dessas instituições da Rede Federal significa defender o presente e o futuro do jovem brasileiro que se encontra, em sua esmagadora maioria, vulnerabilizado pelos inúmeros fatores sociais e educacionais vigentes em suas famílias. Pensar tais condições implica enxergar a importância da educação básica integral, onde esses estudantes chegam 7h da manhã e só retornam para suas residências depois das 18h; enquanto outros chegam às 19h e por lá permanecem até as 22h30 e/ou 23h. Em outras palavras, estamos falando de instituições que funcionam durante três turnos praticamente ininterruptos, que demandam um corpo de professores e de servidores administrativos, técnicos de laboratórios, cada vez mais capacitados, para a lida cotidiana com a Educação de Qualidade, Socialmente Referenciada, no Ensino Médio Integrado, Graduação, Licenciatura e Pós-Graduação lato senso e stricto sensu.

Esse é de modo muito geral, o contexto em que se encontra o professor EBTT, um tipo de profissional que, com salários defasados, sem qualquer recomposição desde setembro de 2019, com o trabalho intensificado pela ausência de contratação que amplie o quadro de pessoal, não para de se capacitar e qualificar para a lida diária com o Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Representação

Institucional. Defender, portanto, a Educação Profissional e Tecnológica ofertada por essas instituições significa também combater a miséria, a exclusão social, econômica, cultural e enfrentar os mais diversos tipos de estigmas sociais, com o auxílio de profissionais cada vez mais capacitados e preparados para transformação de vidas.

Diante desse contexto, nós, representantes sindicais dos servidores públicos federais, professoras, professores e técnicos-administrativos solicitamos a realização de uma **Audiência Pública** com base no interesse público, para fazermos frente aos ataques neoliberais privatistas, contra os cortes orçamentários, contra o desmantelamento da **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, em defesa da vida, em defesa dos direitos das pessoas mais vulnerabilizadas, em defesa de uma Educação Pública, de Qualidade, Laica, Gratuita e Inclusiva.

Assinam este documento:

Fórum Mineiro de Defesa da Educação Profissional e Tecnológica.

Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Conhecimento, Práticas/Discursos Escolares e Formação do IFMG (**Geduc**).

Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (**ANDES-SN**).

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Regional Minas Gerais (**SBPC-Minas**).

Sindicato dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (**SINDCEFET-MG**) - Seção Sindical do ANDES – SN.

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – (**SINASEFE-IFMG**).

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – (**SINASEFE-IFSudeste-MG-Campus Barbacena**).

Rede Tecnológica de Extensão Popular (**RETEP**).

Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino - (**SINDIFES** - UFMG - CEFET - UFVJM - IFMG).